

Há efetividade na educação ambiental quando do combate a projetos neoliberais? A luta de comunidades pesqueiras artesanais contra o enfraquecimento da gestão ambiental pública

Roxana Ruiz Buendía¹
Tatiana Walter²

¹ Universidade Federal do Rio Grande, Instituto de Oceanografia (roxana.ruiz.buendia@gmail.com).

² Universidade Federal do Rio Grande, Instituto de Oceanografia.

A lógica da atual tendência hegemônica da educação ambiental, a pragmática, incentiva à implementação de ações educativas que não vinculem a relação da humanidade com a natureza como origem dos problemas ambientais que pretendem combater.¹ A falta de questionamento ao modelo desenvolvimentista, que coloca a acumulação de capital acima da preservação da vida, e a despolitização dos conflitos ambientais condenam a não superação dos problemas ambientais.² O objetivo deste texto é apresentar ações educativas implementadas junto às comunidades pesqueiras artesanais que, atuando sob a lógica da educação ambiental crítica, tem favorecido a organização comunitária desses grupos para resistirem os embates da lógica neoliberal, ainda que de forma contraditória por tratar-se de medidas condicionantes do licenciamento ambiental de empreendimentos petrolíferos. O estudo de caso se compôs pelos projetos de educação ambiental (PEA) que trabalham junto às comunidades pesqueiras artesanais no litoral fluminense que integram o Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos: Núcleo de Educação Ambiental da Região da Bacia de Campos (NEA-BC), Observação, Fortalecimento da Organização Comunitária (FOCO), Rede de Estudos para o Meio Ambiente (REMA) e Pescarte. Se fez revisão bibliográfica e análise documental dos planos de trabalho e relatórios de implementação dos projetos para descrever seus métodos pedagógicos. Também foram realizadas sete entrevistas em profundidade com pescadoras/es que participam dos projetos, em novembro de 2018, para detectar atos considerados como de resistência. Encontrou-se que os PEAs reconhecem às/aos pescadoras/es como grupo social vulnerável aos impactos ocasionados pela indústria petrolífera. As ênfases temáticas dos projetos são incidência política (NEA-BC), pesquisa, monitoramento e encaminhamento de problemas e conflitos socioambientais decorrentes da cadeia produtiva de petróleo e gás (Observação), emancipação das mulheres inseridas na cadeia produtiva da pesca artesanal (FOCO), organização comunitária da juventude ligada à pesca artesanal (REMA) e geração de trabalho e renda para comunidades pesqueiras artesanais (Pescarte). Um exemplo emblemático dos alcances da lógica da educação ambiental crítica nos PEA foi a participação conjunta de pescadoras/es sujeitas/os das ações desses programas na manifestação contra a Proposta de

¹ LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Ambiente & Sociedade**, v. XVII, n. 1, p. 23-38, 2014.

² LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. A institucionalização das políticas e da gestão ambiental no Brasil: avanços, obstáculos e contradições. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 23, p. 121-132, jan./jun. 2011.

Emenda à Constituição nº 65 de 2012. A Proposta propõe alterar o artigo 225 da Constituição de 1988, para reduzir a avaliação de impacto ambiental à apresentação de estudo de impacto ambiental. A participação das/os pescadoras/es artesanais na manifestação demonstra a compreensão e o reconhecimento delas/es sobre a importância do licenciamento ambiental federal. Este estudo indica que ações educativas que seguem a tendência crítica, implementando-se junto às comunidades, mesmo quando de empreendimentos desenvolvimentistas, têm favorecido a organização comunitária desses grupos para resistirem aos projetos que defendem a liberdade absoluta do capitalismo e a intervenção mínima do Estado.

Palavras-chave: Educação ambiental crítica, Pesca artesanal, Controle social, Gestão ambiental pública.